

Continuação



COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

GOVERNO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL



NOTA 3 - Resumo das principais políticas contábeis

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

● Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

● Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes, por isso é obrigatório o registro das receitas e custos de construção.

A Sulgás não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural apresenta-se integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão para a Sulgás.

Assim, em virtude do descrito acima, a companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

d. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

f. Instrumentos Financeiros Não Derivativos

i - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Abraçam os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata junto à instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativos financeiros de concessão e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. Além disso, são registrados os valores referentes ao fornecimento de gás não faturado até a data do balanço, pelo regime de competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de falência e concordata. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás interrompido se necessário.

ii - Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações especiais e outras contas a pagar.

iii - Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

g. Instrumentos Financeiros Derivativos

A companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios findos de 2014 e 2013.

h. Intangível

A Sulgás possui Contrato de Concessão com o Estado do Rio Grande do Sul com prazo de 50 anos a contar de 19/04/1994. O contrato prevê que todos os bens da Companhia (Concessionária) serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato, sendo que o Concedente indenizará a Companhia sobre os investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão (atualizados monetariamente).

i. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

j. Benefícios a Empregados

A empresa apresenta uma série de benefícios aos empregados, bem como plano de contribuição definida conforme explicado na nota 9.

l. Investimentos

Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

m. Diferido

É composto por despesas e custos relativos à fase pré-operacional e projetos de expansão, os quais foram amortizados à taxa de 10% ao ano, de acordo com os critérios preceituados pela legislação vigente. A companhia optou pela manutenção dos valores até a sua total amortização. Não haverá novas incorporações e já foram totalmente amortizados.

n. Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 13.

o. Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Provisões para devedores duvidosos, imposto de renda e contingências, a liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

p. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, aplicável às companhias abertas. Para as companhias de capital fechado, como é o caso da Sulgás, representam informação financeira adicional.

NOTA 4 - Caixas e Equivalentes de Caixas

Cliente	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	4.409,36	6.049,99
Banco Conta Movimento	14.538.458,79	5.442.223,33
Aplicações Financeiras	25.641.896,74	26.337.574,47
TOTAL	40.184.764,89	31.785.847,79

As aplicações financeiras foram no mercado de renda fixa (CDI) com taxa anual de aproximadamente 11,57%.

NOTA 5 - Contas a Receber de Clientes

	31/12/2014	31/12/2013
Petrobras Petróleo Brasileiro S/A	14.554.689,39	19.736.472,31
Petrobras Distrib S/A	1.042.291,71	1.260.869,45
Ipiranga Produtos de Petróleo S/A	1.411.608,71	1.541.423,94
Gerdau S/A	3.098.189,17	2.002.494,59
Braskem S/A	4.772.007,02	5.653.580,34
Outros	65.288.779,69	48.449.554,78
PDD	-4.575.254,59	-4.360.367,26
TOTAL	85.592.311,10	74.284.028,15
Confissão de Dívida	31/12/2014	31/12/2013
Confissão de Dívida de Curto Prazo	2.700.271,50	2.606.535,82
TOTAL	2.700.271,50	2.606.535,82

Há um valor de R\$ 28.360.671,88 registrado à conta de Clientes, no ativo circulante que se refere às operações de importação/faturamento do gás do segmento termoeletrico entre as empresas YPF S/A e AES Uruguiana Empreendimentos S/A. Este valor encontra-se registrado também à conta de Fornecedores de Mercadorias, no passivo circulante, pois depende de acerto entre as duas empresas sobre os valores das transações que ora se encontram sob arbitragem internacional.

Detalhe - Clientes	31/12/2014	31/12/2013
Vencidas até 30 dias	1.249.296,70	1.491.946,15
De 31 a 60 dias	92.006,81	782.644,90
De 61 a 90 dias	42.157,72	279.286,69
Mais de 91 dias	7.481.881,32	2.865.986,20
Clientes Vencidos	8.865.342,55	5.419.863,94
A Vencer até 30 dias	54.011.056,80	42.400.525,46
De 31 a 60 dias	1.630.765,96	5.069.426,54
De 61 a 90 dias	0,00	0,00
Mais de 91 dias	0,00	442,41
Clientes a Vencer	55.641.822,76	47.470.394,41
Total de Clientes Vencidos e a Vencer	64.507.165,31	52.890.258,35

NOTA 6 - Estoques

Os saldos compõem-se de:

Estoques	31/12/2014	31/12/2013
Materiais de Manutenção	2.852.087,73	2.410.047,02
Materiais de Conversão	1.240.418,97	1.941.426,55
Total	4.092.506,70	4.351.473,57

NOTA 7 - Ativos Intangíveis

Os valores reconhecidos no Intangível, como o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, são constituídos pelos custos relativos à construção de infraestrutura para a prestação de serviços de distribuição de gás.

Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem entra em atividade.

A amortização foi calculada com base na vida-útil dos ativos em conformidade com o contrato de concessão e reconhecida no resultado do exercício.

Contas	Taxa Anual de Amortização	31/12/2014	31/12/2013
Gasoduto em Serviço	10%	231.305.867,58	205.604.599,32
Máquinas e Equip. Operacionais	10%	14.082.493,70	13.571.804,05
Equipamentos e Móveis Administrativos	10%	3.972.359,15	3.554.820,57
Equip. de Proc. de Dados e Software	20%	5.872.943,22	5.675.601,05
Equipamentos de Transporte	20%	752.809,00	752.809,00
Gasoduto em Formação	-	37.506.134,27	37.099.653,83
Terrenos	-	147.400,00	147.400,00
Estoques (Tubos, Estações e Materiais)	-	5.290.339,29	5.706.917,57
Outros	-	87.014,22	65.227,34
(-) Amortização Acumulada	-	-155.451.232,53	-141.029.076,64
Total		143.506.127,90	131.149.756,09

Continua